

HABEAS CORPUS Nº 570.355 - SP (2020/0078996-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : JOSE MAURICIO CAMARGO
ADVOGADO : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GERALDO LUCIANO SCHIAVO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GERALDO LUCIANO SCHIAVO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante alega que o paciente sofre constrangimento ilegal por parte do Juízo de primeiro grau que não concedeu prisão domiciliar ao paciente e pelo Tribunal de origem que indeferiu a liminar em *habeas corpus*.

Assevera o impetrante que "o paciente se encontra acamado, cumprindo pena no regime fechado, na “superlotada” penitenciária de Iperó- SP, em razão de condenação transitada em julgado, à pena de dez anos, nove meses e vinte e cinco dias (conf. documentos públicos em anexo)." (fl. 7).

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja determinada a imediata prisão domiciliar do paciente, com fundamento no art. 1º, III, da Constituição Federal, arts. 654, § 2º, e 317, ambos do Código de Processo Penal, no RE n. 641.320/RS e na Recomendação n. 62/2020 do CNJ, tendo em vista a situação de emergência da pandemia da COVID-19 e do risco de contágio do paciente.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente